



Mudar de casa em Lisboa: perfis socioeconômicos da recente mobilidade residencial

Moving to another home in Lisbon: socio-economic
profiles of the recent residential mobility

Maria do Rosário Jorge
João Fernandes
Patrícia Pereira
Cláudia Urbano
João Seixas
Luís Vicente Baptista



Resumo

As mudanças que têm ocorrido recentemente na cidade de Lisboa estão associadas, em grande medida, às dinâmicas de mobilidade residencial, suas causas e consequências. A escolha da área de residência, determinada por fatores econômicos, sociais, culturais e psicológicos, resulta numa alteração gradual da estrutura social da cidade e dos padrões de ocupação do território. Este artigo, partindo dos dados de um inquérito realizado aos munícipes de Lisboa entre 2016 e 2017, procura contribuir para melhor compreender essas mudanças, analisando as dimensões territorial e temporal da mobilidade, assim como os perfis socioeconômicos dos residentes mais antigos e dos novos. Diante da diversidade de experiências de mobilidade residencial, recorreu-se à análise multivariada para definir cinco perfis com características sociais distintas.

Palavras-chave: mobilidade residencial; perfis de residentes; mudança urbana; habitação, Lisboa.



Abstract

The changes that have been occurring recently in Lisbon are largely related to residential mobility dynamics, their causes and consequences. The choice of the residential area, determined by economic, social, cultural and psychological factors, results in a gradual change of the city's social structure and the territory's occupation patterns. This paper, based on the results of a survey carried out in Lisbon between 2016 and 2017, contributes to a deeper understanding of these changes by analysing the territorial and temporal dimensions of mobility and also the socioeconomic profiles of the city's oldest and newest residents. Given the diversity of residential mobility experiences, multivariate analysis was used to define five profiles with different social characteristics.

Keywords: residential mobility; profiles of residents; urban change; housing; Lisbon.

Introdução

O trabalho que aqui se apresenta se insere num conjunto de análises das dinâmicas e pressões que têm alterado de forma crescente os padrões residenciais das cidades e, por conseguinte, a sua estrutura social. A recente mobilidade residencial numa cidade como Lisboa afirma-se como uma dimensão que importa analisar e interpretar, de forma a aumentar o conhecimento sobre os fatores – da mais variada índole – que podem estar a alterar as dinâmicas nos territórios – e entre territórios – no interior da cidade, alterando-a assim como um todo.

O estudo “Inquirição aos munícipes e principais agentes da cidade de Lisboa: qualidade de vida e governação urbana”, realizado entre novembro de 2016 e janeiro de 2017, foi financiado pela Câmara Municipal de Lisboa e realizado pelo CICS.NOVA-Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Nesse estudo, foi aplicado questionário que teve como objetivo analisar a qualidade de vida na cidade de Lisboa, incluindo um conjunto alargado de questões sobre a percepção e a satisfação dos residentes relativamente a diversos indicadores de qualidade de vida urbana, as características da habitação, mobilidade residencial, transportes e mobilidade urbana ou participação cívica e política. Essa análise pretendeu aferir se as recentes alterações no âmbito administrativo, concretamente a Reforma Administrativa de Lisboa, tiveram impacto na percepção da qualidade de vida na cidade.

Para este artigo, procurou-se perceber os padrões de permanência bem como de transição territorial, distinguindo as características dos residentes que nunca mudaram de

residência e dos que mudaram, aprofundando, neste último grupo, a análise da dimensão temporal e territorial da mobilidade, identificando origens geográficas, tipos de mobilidade e perfis socioeconômicos dos residentes em Lisboa. Por um lado, a compreensão da dimensão territorial integra a análise da mobilidade residencial interna – e a mobilidade externa –, considerando as mobilidades a partir de outros concelhos ou de outros países. Por outro lado, a compreensão da dimensão temporal distingue a análise da mobilidade recente – os residentes que mudaram de casa há menos de 10 anos – e a que se verificou há 10 ou mais. Por fim, identificam-se perfis socioeconômicos associados aos tipos de mobilidade, caracterizando os grupos de residentes de acordo com as seguintes variáveis: grupo de idade, nível de escolaridade, indicador socioprofissional de classe do agregado, regime de ocupação da habitação, tipo do agregado doméstico e razões de escolha da área de residência.

A mobilidade residencial: conceitos e abordagens de análise

A mobilidade espacial é vista nas sociedades atuais como um direito – uma possibilidade generalizada e democratizada – e como um dever – enquanto algo que se exige aos cidadãos (Flamm e Kaufmann, 2006). A flexibilidade, entendida como a capacidade de um indivíduo se deslocar ou de adaptar o seu quotidiano a diversas e imprevisíveis possibilidades de mobilidade, tornou-se comumente um requisito para a contratação no mercado de trabalho.

Essa pressão aumenta em contextos de elevados níveis de desemprego, nos quais, frequentemente, à necessidade de adaptação associa-se a necessidade de deslocamentos quotidianos ou de mudança residencial. Essa realidade tem mesmo levado alguns autores a introduzir o conceito de *motility* (“motilidade”), que se define como a capacidade de um indivíduo tirar partido das inúmeras possibilidades de mobilidade e utilizar essa capacidade para planejar os seus projetos pessoais (ibid.).

Se estudar o fenómeno da mobilidade espacial, em geral, parece ser pertinente como parte de um estudo sobre as sociedades urbanas contemporâneas, o fenómeno mais circunscrito da mobilidade residencial afigura-se igualmente interessante. Para a análise da mobilidade residencial, contribuem diversas áreas disciplinares, desde as que focam mais as populações – como a sociologia, a história, a demografia, a antropologia e a ciência política – até as que se dedicam ao seu estudo essencialmente do ponto de vista do território – como a geografia e o urbanismo (Grafmeyer e Dansereau, 1998). É o cruzamento dos conhecimentos produzidos pelas diferentes ciências que possibilita a análise das interdependências existentes entre mudanças territoriais e a mobilidade dos indivíduos.

Mobilidade residencial corresponde a uma forma de mobilidade espacial que deve ser apreendida como uma mudança de habitação – dimensão espacial – ao longo de um período de tempo – dimensão temporal (Bonvalet e Brun, 2003). Rérat (2016) classifica a mobilidade residencial como uma das quatro principais formas de mobilidade espacial, a par com a mobilidade quotidiana, as migrações e as viagens.

A mobilidade residencial é um fenómeno central para a análise e a compreensão das dinâmicas urbanas. Ao considerar todos os processos e fatores económicos, sociais, culturais e psicológicos que determinam a escolha residencial dos indivíduos, o estudo da mobilidade residencial permite, por um lado, produzir conhecimento acerca da mudança social dos territórios, nomeadamente desenhando as carreiras habitacionais dos indivíduos e identificando relações entre as etapas de vida e a mudança de residência (Bonvalet e Brun, 2003; Nico, 2014); e, por outro lado, permite relacionar conceitos como o espaço vivido, o contraste entre a utopia do espaço desejado (preferências residenciais) e o realismo expresso nas escolhas residenciais e, ainda, a representação que o indivíduo faz de si mesmo e do grupo social a que considera pertencer (Ferreira e Leitão, 2004). Na abordagem de Van der Vlist et al. (2002), a mobilidade residencial é, de igual modo, um indicador útil para a análise da estabilidade social dos bairros e das cidades. A composição social dos territórios vai-se alterando ao longo do tempo, mediante mudanças na população (à medida que os residentes envelhecem, sobretudo) e mudanças da população (à medida que uns residentes saem e dão lugar a novos residentes).

A mobilidade residencial pode ser abordada do ponto de vista territorial ou espacial – mobilidade horizontal –, bem como do ponto de vista da mobilidade social ascendente ou descendente, entre diferentes estatutos sociais ou níveis de vida – mobilidade vertical – (Ferreira e Leitão, 2004). Com efeito, a mobilidade residencial está frequentemente associada à mobilidade social, uma vez que “à mobilidade social está implícita a procura de

uma maior adequação e de uma melhoria das condições de habitabilidade e, conseqüentemente, a ideia de uma mobilidade social ascendente baseada no acréscimo da qualidade da situação residencial” (Nico, 2014, p. 107).

Os processos de tomada de decisão que podem motivar uma mudança residencial são também objeto de investigação, procurando relações entre as razões para a mudança de residência e as características socioeconômicas dos indivíduos que mudam de casa. No entanto, Van der Vlist et al. (2002) salientam que não há uma relação causal simples entre padrões de mobilidade residencial e as razões que a motivam: padrões de mobilidade residencial semelhantes podem ser motivados por razões específicas distintas, da mesma forma que razões idênticas para a mudança residencial podem levar a padrões individuais de mobilidade residencial diferenciados.

Alguns estudos sobre a realocização espacial urbana na Europa e nos Estados Unidos demonstraram a influência do rendimento e do estatuto socioeconômico nas mobilidades de áreas desfavorecidas, concluindo que os movimentos de entrada e de saída dessas áreas podem estar na origem da concentração da pobreza (ou reforçá-la) e de grupos étnicos (Clark e Maas, 2014). Cadwallader (1992) conclui que há mais mobilidade residencial nas áreas nas quais residem as classes sociais mais pobres, por aí se concentrarem indivíduos cujas características conduzem a uma situação residencial menos estável: um predomínio de arrendatários, maior proporção de jovens e de imigrantes e maior fragilidade socioeconômica. Paralelamente, a mudança para uma área mais favorecida está associada a melhores oportunidades e à possibilidade de escapar de problemas que

estão frequentemente associados a locais mais desfavorecidos (Clark e Maas, 2014).

Todavia, a análise da racionalidade puramente econômica não permite compreender a mobilidade residencial (Dureau et al., 2000). Vários outros fatores devem ser analisados para explicar a mudança de residência, tais como o nível de educação, as razões associadas aos transportes e à mobilidade, as razões associadas aos laços sociais, o percurso profissional do indivíduo, a percepção ambiental e as características do local em que se habita (Ferreira, 2010; Kim et al., 2015).

Muitos autores têm explorado as relações entre escolha e mobilidade residenciais e determinadas fases da vida familiar (Rossi, 1955; Clark, Deurloo e Dieleman, 1986; Deurloo, Dieleman e Clark, 1987; Van der Vlist et al., 2002; Bonvalet e Brun, 2003). Bonvalet e Brun (2003) analisam as variações da mobilidade residencial em cada etapa da vida familiar e profissional, a alteração das necessidades de alojamento e adaptação do alojamento à nova situação dos agregados. Clark, Deurloo e Dieleman (1986) concluíram, por exemplo, que agregados familiares jovens tendem a mudar de residência porque esta é demasiado pequena, enquanto agregados familiares mais velhos mudam de residência, frequentemente, por esta ser demasiado grande, após a saída dos filhos de casa. Estudos realizados em França apresentam variações de acordo com a região e o período temporal, sendo possível, contudo, identificar um padrão: a mobilidade é mais intensa nas idades entre os 25 e 29 anos, nos agregados de jovens que saem de casa dos pais, procuram emprego, formam uma família e têm filhos. A mobilidade residencial diminui depois dos 40 anos e aumenta ligeiramente

depois dos 75 anos, correspondendo essencialmente à mudança para as instituições ou para residências com outras características (Kim et al., 2015). Segundo tais autores, a mobilidade residencial também varia de acordo com a categoria socioprofissional: muito reduzida entre os agricultores, fraca entre os trabalhadores independentes e muito acentuada no grupo dos quadros superiores. Paralelamente, varia consoante a posição hierárquica dos assalariados nas empresas. Entre os desempregados, verifica-se mais mobilidade do que entre os ativos, uma vez que dificuldades em conseguir um emprego ou uma posição desfavorecida no mercado de trabalho podem contribuir para que um indivíduo mude de residência para um bairro pobre.

Abramsson e Andersson (2012), num estudo sobre a população sueca, destacam que, tradicionalmente, a mobilidade é baixa entre os idosos: estes se mantêm na sua habitação o mais tempo possível e apenas uma minoria muda de residência. No entanto, destacam o aumento da probabilidade de mudança de residência entre os idosos mais instruídos e os que têm mais rendimentos. Concluem ainda que os idosos são sobrerrepresentados enquanto proprietários das habitações onde residem e é mais frequente a mudança de uma habitação em que o idoso é proprietário para uma casa arrendada, assim como a passagem de uma moradia para um apartamento.

Investigações mais recentes apontam para uma dissociação crescente, em diversos grupos sociais, entre o espaço em que o indivíduo investe de fato e o espaço do quotidiano. São exemplos os reformados que indicam uma residência habitual, mas também habitam numa segunda residência, os casais que vivem

em casas separadas por razões profissionais, os filhos de pais divorciados que habitam em duas residências alternadamente ou, ainda, os emigrantes que investem nas casas que possuem na sua terra de origem (Remy, 1996; Villanova e Bonvalet, 1996). Os agregados, de forma cada vez mais frequente, possuem várias residências, correspondendo a uma multiplicação de residências em vários locais (Remy, 1996; Villanova e Bonvalet, 1996). As novas tendências de “multilocalização” obrigam a uma abordagem mais alargada do local de residência, propondo que se adote a noção de “espaço residencial” ou de “sistema residencial” (Bonvalet e Brun, 2003).

Conclui-se que as abordagens teóricas e empíricas sobre mobilidade residencial têm cruzado as diferentes dimensões – territorial e social – e têm procurado contribuir para a definição de padrões de mobilidade, que variam segundo o estrato socioeconômico, as opções associadas ao ciclo de vida dos indivíduos e as características, objetivas e percebidas, de atração e repulsão das diferentes áreas urbanas.

Lisboa: mudanças residenciais estruturantes

Ao longo da segunda metade do século XX, ocorreram em Portugal fortes fluxos de migração interna e externa, caracterizados pelo êxodo rural e, em nível interno do País, por uma acentuada periurbanização das duas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, assim como – embora em ritmos e temporalidades diferentes – de outras cidades de média dimensão (Fonseca, 1990). Da mesma forma,

sucedem-se iam movimentos residenciais significativos internos às próprias áreas metropolitanas, sobretudo em termos de igualmente intensos processos de suburbanização e de periurbanização. Provocando uma perda significativa de densidades residenciais nas malhas urbanas historicamente mais consolidadas. Entre 1960 e 2011, o município central da metrópole sofreria um decréscimo populacional quase contínuo, com variações intercensitárias negativas muito elevadas, fundamentalmente entre 1981 e 1991 (-18%) e entre 1991 e 2001 (-15%) (Baptista et al., 2017a; Seixas et al., 2015). Entre 2001 e 2011, contudo, a variação negativa não ultrapassaria os -3%, e a população residente parecia estabilizar em cerca de 550 mil habitantes. No mesmo período, o crescimento da população da área metropolitana tem vindo a ser sempre positivo, sendo mais acentuado entre 1960 e 1981, correspondendo a um período de intenso processo de metropolização da região (Seixas, 2004a). Apesar do decréscimo populacional da cidade de Lisboa, entre a década de 1980 e os primeiros anos de 2000, verifica-se uma intensificação da mobilidade residencial na região de Lisboa, muito impulsionada por um mercado imobiliário em alta e também pela crescente mobilidade de sujeitos e objetos, que caracteriza a economia e os sistemas urbanos (ibid.; Seixas, 2004b; Rodrigues, 2010).

Em 2015, 43,6% da população portuguesa vivia em áreas urbanas densamente povoadas (as duas grandes áreas metropolitanas), superando a média europeia – 40,2% (Eurostat, 2015). Além disso, Portugal é também um país de acolhimento para populações oriundas de outros países.¹ Os estrangeiros residentes em Portugal representavam 3,7% do

total de residentes do País (2,2% em 2001 e 1,1% em 1991), e é a Área Metropolitana de Lisboa (AML) a região que acolhe a maioria desses migrantes (51,6%) (INE, 2011).

Efetivamente, ao intenso fluxo de migrações internas e externas, está associado um forte aumento da mobilidade residencial, suportado pelo aumento da construção da habitação, pela existência de condições económicas mais favoráveis, pelo acesso facilitado ao crédito para a compra de habitação e pelo consequente aumento da propriedade da residência. Nunes (2011) salienta que a partir dos anos 1980, com a política de apoio à compra de casa própria, o crescimento urbano em Lisboa e nos seus arredores assenta no acesso ao crédito e leva à passagem “do inquilinato a territórios de propriedade ocupante do alojamento” (p. 346).

As mudanças descritas anteriormente justificam a necessidade de abordar de forma aprofundada as dinâmicas residenciais no contexto português.

Análise das dinâmicas residenciais na cidade de Lisboa

A mobilidade residencial em Portugal tem sido estudada a partir de diversas fontes. O recenseamento da população constitui uma fonte essencial para essa análise, graças a um conjunto de dados sobre o local de residência em anos anteriores ao da realização do recenseamento.² A partir do recenseamento de 2001, Seixas (2004b) foca a atratividade residencial exógena da cidade de Lisboa e o modo como

esta pode revelar tendências de novas formas de ocupação da cidade, concluindo que, por um lado, o elevado volume da mobilidade residencial aponta para a sua relevância para explicar as mudanças da população de Lisboa (quase 10% de nova população, entre 1995 e 2001) e, por outro lado, mostra as características socioeconômicas dos novos residentes e os padrões de mobilidade residencial na área metropolitana de Lisboa.

Esses estudos constituem importantes contributos para a compreensão das dinâmicas de mobilidade residencial, no entanto, a seguir focam-se apenas alguns exemplos de investigações que cruzam a mobilidade residencial, associados às características socioeconômicas dos residentes e às razões que justificam a mudança de residência.

Fonseca (1995) estudou as preferências residenciais dos moradores e utilizadores da cidade de Lisboa. A partir da aplicação de um inquérito por amostragem, cruzou a informação referente às preferências residenciais com dados socioeconômicos, tais como idade, sexo, nível de escolaridade e locais de residência/trabalho dos indivíduos. A autora conclui que há uma diferença significativa entre o local de residência dos inquiridos e o local onde estes desejariam viver, evidenciando que preferência residencial e escolha residencial são conceitos que raramente correspondem territorialmente, sobretudo entre as classes com menos rendimentos. Quanto menores os recursos financeiros dos agregados familiares, mais provável é que estes não residam no local onde mais gostariam, uma vez que a sua escolha residencial é mais diretamente afetada por constrangimentos, desde logo de ordem financeira. À data, concluiu-se que a Charneca, Chelas e bairros

históricos, como o Bairro Alto e Alfama, eram as áreas mais repulsivas da cidade de Lisboa; por contraste, as áreas mais atrativas correspondiam ao Restelo, Alvalade e Belém.

Ferreira e Leitão (2004) desenvolveram um estudo de caso sobre a mobilidade residencial que teve como destino duas áreas recentes da expansão urbana da cidade de Lisboa, que se afirmaram como espaços residenciais de elites – Telheiras e Parque das Nações. Nesse contexto, citam E. W. Burgess que descreveu o “modelo de zonas concêntricas”, que explica um modelo marcadamente americano da distribuição espacial das diferentes classes sociais: as classes mais favorecidas (média e alta) procuram distanciar-se do centro das cidades, escolhendo os subúrbios, nos quais optam por residir em áreas de baixa densidade, em habitações unifamiliares e com o automóvel próprio a permitir as deslocações quotidianas. Segundo esse modelo, são as classes mais baixas que se mantêm no centro das cidades, em áreas de maior densidade e em habitações de muito menor dimensão. Essa opção, por residir fora do centro da cidade e a compra de casa própria, unifamiliar, e de transporte individual como representação de um percurso social ascendente incorpora, no essencial, a ideia do sonho americano. O modelo europeu, contudo, é ligeiramente diferente, destacando-se pela manutenção de elites em algumas zonas centrais das principais cidades, sendo as classes baixas muitas vezes forçadas, por questões financeiras, a residir nas áreas suburbanas de menor acessibilidade.

O caso lisboeta, segundo Ferreira e Leitão (2004, p. 6), obedece ao modelo europeu, evidenciando, contudo, que as elites lisboetas, em muitos casos, acompanharam a expansão

da cidade para as zonas cada vez mais periféricas, "segregando-se do resto da população na procura de melhores e maiores espaços e, por isso, mais caros e acessíveis a um grupo restrito". Telheiras e Parque das Nações são, com efeito, exemplos de áreas de expansão mais recentes da cidade de Lisboa, que são espaços habitacionais de classes favorecidas da sociedade portuguesa.

No estudo "Trajetórias residenciais e metropolização: continuidades e mudanças na área metropolitana de Lisboa" (Dinâmia-CET, ISCTE-IUL, 2016)", foram identificados padrões de mudança de casa, com especial atenção para o regime de ocupação e o lugar de classe do indivíduo (Pinto, Ferreira e Guerra 2016). Os indivíduos residentes na área metropolitana de Lisboa apontam como razões para a mudança de residência as relacionadas com a esfera privada e familiar, que justificam cerca de 35% do total de motivos apontados para mudar de casa (sobretudo no que se refere à entrada na conjugalidade) e que se coadunam com as perspetivas do modelo de etapas de vida; seguidas das relacionadas com a mobilidade ocupacional e profissional, eventualmente baseada em racionalidade econômica; e, por fim, as relacionadas com os aspetos exógenos e endógenos da casa propriamente dita. Acrescente-se, aqui, a importância dos eventos disruptivos do curso de vida que, no total das mudanças de casa verificadas, justificam 9% das mesmas.

As dinâmicas residenciais em Lisboa têm sido também estudadas no âmbito da investigação sobre a qualidade de vida urbana, assumindo que a percepção de satisfação dos indivíduos está associada a comportamentos de mobilidade residenciais e a preferências e

escolhas residenciais específicas (Cabral et al., 2009; Baptista et al., 2017b).

Inquérito aos munícipes (2017): a mobilidade residencial em Lisboa

Em 2011, residiam em Lisboa 552.700 habitantes, distribuídos por cinco Unidades de Intervenção Territorial (UIT):³ a Norte e a Centro, destacam-se com maior número de residentes, sendo a Norte e a Oriental, áreas mais extensas (Tabela 1). As UIT têm diferentes densidades populacionais: as mais elevadas são a UIT Centro Histórico (10.551 habitantes por km²) e a UIT Centro (8.065 habitantes por km²), e as mais baixas verificam-se na UIT Ocidental (3.537 habitantes por km²) e na UIT Oriental (5.028 habitantes por km²). A distribuição da população por grupo etário permite destacar que nas UIT Centro Histórico e Centro e Ocidental se encontra o maior peso da população idosa a cada 100 jovens, enquanto, nas UIT Norte e Oriental, a importância relativa dos idosos é inferior à média da cidade.

No estudo "Inquirição aos munícipes e principais agentes da cidade de Lisboa: qualidade de vida e governação urbana" (Baptista et al., 2017b), foi definida uma amostra de residentes no município de Lisboa,⁴ com idade igual ou superior a 15 anos. O desenho amostral adotado caracterizou-se por prever um sistema de tiragem polietápico, utilizando o método de random route para a seleção dos lares e o do último aniversariante para a seleção do entrevistado. A seleção das unidades de observação fez-se, assim, de forma aleatória proporcional.⁵ Numa primeira fase, para a análise uni e bivariada, foi usado o programa

Tabela 1 – População residente, área, densidade e índice de envelhecimento

Lisboa e UIT	População residente	Área (km ²)	Densidade populacional	Pop.UIT / Pop. Lisboa (%)	Área UIT/ Área Lisboa (%)	Índice de envelhecimento
Município Lisboa	552.700	86,9	6.647	100,0	100,0	183
UIT Ocidental	46.088	13,0	3.537	8,3	15,0	222
UIT Norte	157.331	25,9	6.065	28,4	29,8	144
UIT Centro	132.517	16,5	8.056	23,9	18,9	222
UIT Centro Histórico	111.420	10,6	10.551	20,1	12,2	225
UIT Oriental	105.344	21,0	5.028	19,0	24,1	150

Fonte: INE, Censos de 2011.

informático SPSS e, numa segunda fase, para a análise multivariada, optou-se por usar o SPAD.

Apesar de este estudo não incidir exclusivamente sobre o fenómeno da mobilidade residencial, no inquérito, perguntou-se há quantos anos os inquiridos vivem na atual residência, onde residiam antes, qual é o atual regime de ocupação da habitação e quais foram as razões para a escolha da atual área de residência. Esses resultados permitem aprofundar o conhecimento sobre essas dinâmicas mais recentes em Lisboa, definir perfis de indivíduos consoante a sua experiência de mobilidade residencial e analisar os fatores que justificam a escolha da nova área de residência.

Mudança de residência: dimensões temporal e territorial

As dinâmicas residenciais são analisadas a partir da sua dimensão temporal – expressa nas questões sobre o período de mudança de residência – e na sua dimensão territorial –

expressa nas questões sobre o local onde os inquiridos residiam anteriormente e as principais razões que os levaram à mudança de residência, quer dos inquiridos que já moravam na cidade, quer dos que residiam fora.

Uma elevada percentagem de inquiridos teve pelo menos uma experiência de mobilidade residencial (85,5%),⁶ mas esse valor varia nos diferentes territórios de Lisboa. Por exemplo, em áreas de crescimento mais recente, como a UIT Norte, o valor da mobilidade atinge os 91,3%. Inversamente, as áreas em que se encontra o maior peso de inquiridos que nunca mudaram de residência são de habitação mais antiga, como a UIT Centro Histórico e a UIT Ocidental, com 15,7% e 19,8%, respetivamente (Tabela 2).⁷

Considerando o período de mudança de residência, quer na cidade quer nas UIT isoladamente, destaca-se a maior percentagem de inquiridos que mudou de residência há 10 ou mais anos. No entanto, vale salientar a importância da mobilidade residencial nos últimos 5 anos (24,1%) e nos últimos 10

Tabela 2 – Experiência de mobilidade e momento da última mudança de residência

Lisboa e UIT	Mobilidade residencial (%)	Há menos de 10 anos (%)	Há 10 ou mais anos (%)	Nunca viveu noutra casa – (%)
Município Lisboa	85,5	31,5	54,0	12,0
UIT Ocidental	80,0	24,4	55,6	19,8
UIT Centro	87,6	35,1	52,5	9,0
UIT Oriental	83,3	30,2	53,1	15,2
UIT Norte	91,3	32,0	59,3	7,6
UIT Centro Histórico	79,3	30,0	48,7	15,7

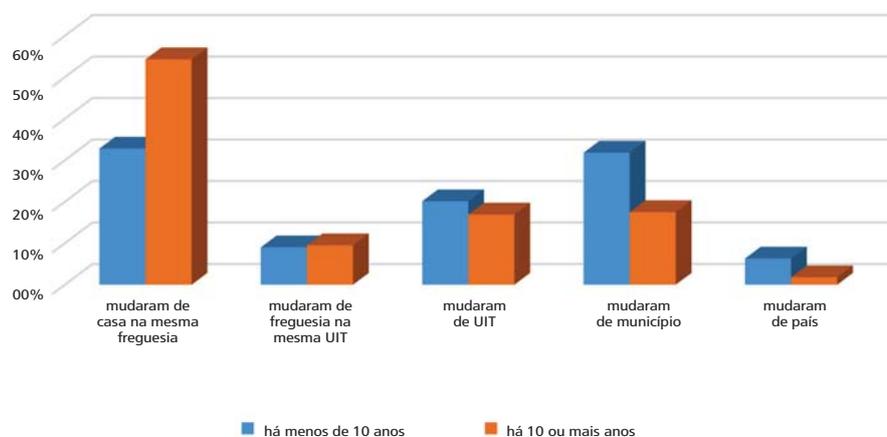
Fonte: Baptista et al. (2017b).

anos (31,5%).⁸ Nas áreas mais centrais de Lisboa – as UIT Centro e Centro Histórico – a mobilidade residencial mais recente tem mais importância relativa, sendo as áreas com valores superiores de mudança de casa há 5 ou menos anos (com 27,8% e 24,5% respetivamente). Já nas UIT Norte e Ocidental, os inquiridos vivem mais frequentemente há 10 ou mais anos na sua atual residência (59,3%

e 56,6%). Esses resultados parecem indicar que áreas históricas e de construção mais antiga estão a ser recentemente ocupadas por novos residentes.

A maior parte da mobilidade residencial na cidade de Lisboa ocorre dentro da mesma freguesia da residência anterior (Figura 1), sendo esse valor superior nas UIT Centro Histórico e Norte (40,5% e 48,1%, respetivamente).

Figura 1 – Tipos de mobilidade e momento da última mudança residencial



Fonte: Baptista et al. (2017b)

Ao analisar os dois períodos temporais da última mudança de residência – há menos de 10 anos e há 10 ou mais anos⁹ – verifica-se que as mobilidades residenciais há menos de 10 anos dentro da mesma freguesia diminuíram, passando de 54,3% para 32,8%. Por oposição, aumentaram as percentagens de inquiridos que mudaram de residência vindos de outra UIT da cidade (16,9% para 20,1%), de outro município de Portugal (17,5% para 31,8%) ou de outro país (1,8% para 6,3%).

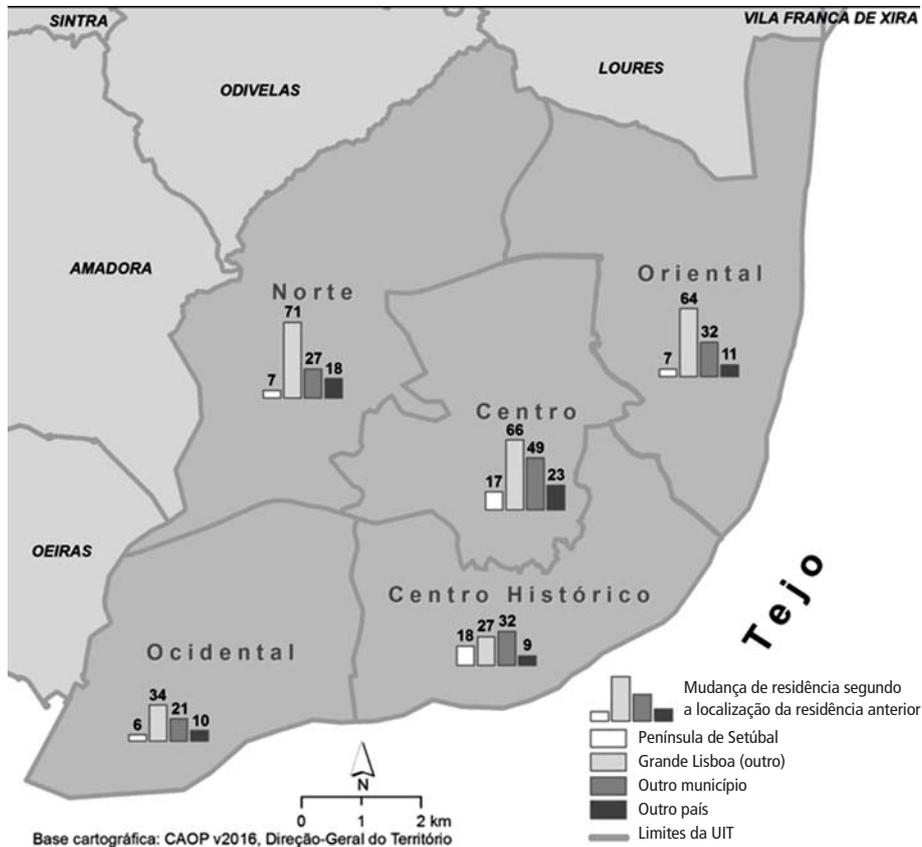
A mobilidade entre freguesias é pouco expressiva. Contudo, esses fluxos são, em regra, mais elevados entre freguesias contíguas (Figura 2), o que confirma a importância do fator proximidade para explicar a escolha residencial. As freguesias onde se registam mais casos de mobilidade residencial interna são as que, simultaneamente, têm mais população.

A análise do peso dos movimentos residenciais oriundos de fora da cidade (Figura 3) permite destacar que a maior parte dos novos

Figura 2 – Principais fluxos de mudança de residência entre freguesias



Figura 3 – Mudança de residência segundo a localização da residência anterior



Fonte: Baptista et al. (2017b).

residentes vem de outros concelhos da Grande Lisboa, exceto no Centro Histórico, onde a maioria tem origem em municípios fora da Área Metropolitana de Lisboa.¹⁰ A Península de Setúbal revela ter pouca importância nesses movimentos, sendo os seus valores no Centro Histórico e no Centro ligeiramente superiores aos das restantes UIT. As UIT Centro e Norte são as que registam a entrada de mais novos residentes procedentes de outros países.

Em síntese, o fator proximidade tem caracterizado os fluxos de mobilidade residencial: entre as mobilidades internas destacam-se as que ocorrem dentro da freguesia (com mais peso nos movimentos há mais de dez anos) e, entre as mobilidades externas, as que têm origem em municípios mais próximos (com mais peso há menos de dez anos). A seguir procurar-se-á analisar o que parece ser uma dinâmica crescente do fenómeno da mobilidade residencial

em Lisboa, bem evidente no elevado peso dos inquiridos que tiveram a sua mais recente mudança de casa nos últimos dez anos.

A mais recente mudança residencial

As dinâmicas residenciais serão analisadas a partir da caracterização socioeconômica de três grupos de residentes – os que mudaram de residência há menos de 10 anos, os que mudaram de residência há 10 ou mais anos e os que nunca mudaram de residência (Tabela 3).

Os inquiridos que mudaram de residência há menos de 10 anos registam uma sobrerrepresentação¹¹ na faixa etária entre os 15 e os 34 anos, o que se explica por se tratar da idade em que frequentemente ocorre a saída de casa dos pais. A percentagem dos que mudaram de residência há menos de 10 anos é muito reduzida entre os maiores de 65 anos. Entre os inquiridos que mudaram de casa há 10 ou mais anos, as faixas etárias sobrerrepresentadas estão acima dos 35 anos. A grande maioria dos inquiridos que nunca tiveram uma experiência de mobilidade residencial (33,6%) é jovem entre os 15 e os 24 anos, correspondendo frequentemente a situações de jovens que ainda não saíram de casa dos pais.

O nível de escolaridade é bastante variável de acordo com o momento da última mudança de residência. Entre os inquiridos que mudaram de casa há menos de 10 anos, encontra-se uma grande sobrerrepresentação dos que completaram o ensino superior e, em menor medida, o ensino secundário. Por contraste, há uma sobrerrepresentação dos inquiridos que completaram apenas o 1º, 2º ou 3º

ciclo¹² no universo dos inquiridos que mudaram de residência há 10 ou mais anos. Quanto aos que nunca mudaram de residência, encontra-se maior concentração de casos entre os inquiridos que completaram o 2º ou 3º ciclo ou o ensino secundário, o que parece coincidir com os resultados por grupo etário, que apontam para os jovens como a maioria dos inquiridos que nunca mudou de residência.

Os empregados executantes correspondem à maioria dos inquiridos em todas as situações consideradas. Contudo, nas classes socioprofissionais mais elevadas, encontra-se uma sobrerrepresentação da mobilidade até há 10 anos. Entre os inquiridos que mudaram de casa há 10 anos ou mais, encontramos uma sobrerrepresentação dos empregados executantes e dos operários. As sobrerrepresentações dos inquiridos que nunca viveram noutra casa são verificadas nas classes dos empregados executantes e dos trabalhadores independentes.

O regime de ocupação da habitação revela também algumas variações de acordo com o momento da última experiência de mobilidade residencial dos inquiridos. Se, para os inquiridos que mudaram de residência há 10 ou mais anos, o regime de ocupação predominante era o de proprietário (55,1%), o mesmo não ocorre entre os inquiridos que mudaram de residência há menos de 10 anos, que vivem sobretudo em regime de casa arrendada. Entre os inquiridos que nunca viveram noutra casa, encontra-se uma sobrerrepresentação da categoria “outro regime de habitação”. Como se verificou, há uma sobrerrepresentação dos jovens nesse universo, o que pode significar que esses outros tipos de regime de habitação

Tabela 3 – Momento da última mudança residencial e características

Momento da última mudança residencial e...	Há menos de 10 anos (%)	Há 10 + anos (%)	Nunca viveu noutra casa (%)	Valor de referência (%)
Grupos de idades				
15-24	15,1	3,6	33,6	11,0
25-34	33,6	6,4	15,9	16,4
35-64	45,1	48,8	31,9	45,5
65-74	3,2	18,8	10,3	12,7
75+	3,0	22,4	8,3	14,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Níveis de escolaridade				
1ºciclo	5,1	33,1	17,4	22,1
2º/3ºciclo	19,6	26,2	24,7	23,8
Secundário	34,9	22,3	37,8	28,3
Superior	40,4	18,5	20,1	25,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
...Indicador socioprofissional de classe do agregado				
Empresários, Dirigentes e Prof. Liberais	21,4	17,8	12,7	18,3
Prof. Técnicos e de Enquadramento	33,2	20,7	21,5	24,8
Trabalhadores Independentes	4,9	6,3	9,1	6,2
Empregados Executantes	37,1	46	50,9	43,7
Operários	3,4	9,2	5,8	6,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Regime de ocupação				
Proprietário	31,6	55,1	47,7	46,7
Casa arrendada	61,1	42,8	43,1	48,7
Outro regime de habitação	7,3	2,1	9,3	4,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Tipos de agregado doméstico				
Pessoa só	24,7	25,3	19,3	24,4
Casal sem filhos	19,4	27,5	13,6	23,2
Casal com filhos	28,8	24,2	38,2	27,4
Família monoparental	10,3	10,8	14,0	11,0
Outro	16,9	12,1	15,0	14,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Baptista et al. (2017b).

coincidam com respostas abertas como “vivo em casa dos pais”, “partilho casa com amigos ou colegas” ou “arrendo um quarto”.

Verifica-se uma percentagem acima do valor de referência da categoria “casal com filhos” entre os indivíduos que mudaram de casa há menos de 10 anos. Tal resultado pode conter a informação de que a constituição de uma família com filhos motivou a mais recente mudança de residência. A mesma categoria apresenta uma sobrerrepresentação ainda maior entre os inquiridos que nunca viveram noutra casa; contudo, nesse caso é possível que os inquiridos tenham sido essencialmente os “filhos” do casal, jovens, que vivem com os pais e que ainda não saíram de suas casas. Por oposição, encontra-se uma sobrerrepresentação de “casais sem filhos” entre os inquiridos que mudaram de residência, pela última vez, há 10 ou mais anos.

Conclui-se que fatores como a idade, o nível de instrução e a classe socioprofissional ajudam a explicar diferentes padrões temporais de mobilidade residencial, bem como o regime de ocupação da habitação e a existência ou não de filhos.

Os novos residentes de Lisboa

A seguir, a análise centrar-se-á exclusivamente nos novos habitantes da cidade, cuja anterior residência se localizava noutro concelho ou país (Tabela 4).

O momento da mudança de residência para Lisboa varia consideravelmente de acordo com o grupo etário. Os residentes que mudaram há 10 ou mais têm hoje, fundamentalmente, mais de 35 anos, tendo metade desses

inquiridos idade entre 35 e 64 anos. Por contraste, aqueles que se tornaram novos residentes de Lisboa há menos de 10 anos são pessoas mais jovens.

Os resultados apontam para um maior nível de habilitações literárias nos residentes que vieram para Lisboa há menos de 10 anos – em cujo grupo se encontram qualificações mais elevadas (ensino secundário e ensino superior) –, em face daqueles que entraram na cidade há 10 ou mais anos – com uma sobrerrepresentação das qualificações mais baixas (1º, 2º ou 3º ciclos do ensino básico).

A classe socioprofissional mais elevada (empresários, dirigentes e profissionais liberais) apresenta uma variação pouco significativa consoante o momento em que os inquiridos vieram a residir em Lisboa. Não obstante, é evidente a sobrerrepresentação dos profissionais técnicos e de enquadramento entre os inquiridos que se tornaram novos residentes de Lisboa há menos de 10 anos, da mesma forma que os empregados executantes e os operários se encontram sobrerrepresentados no universo dos que se tornaram residentes de Lisboa há 10 ou mais anos.

A grande maioria dos inquiridos que vieram morar para Lisboa há 10 ou mais anos é, hoje em dia, composta por proprietários da residência que ocupam (62,9%). Entre os que entraram há menos de 10 anos, apenas 26,6% são proprietários da sua casa. Nesse grupo de inquiridos, o arrendamento da casa prevalece sobre as restantes opções de resposta (61,2%), o que sugere uma alteração na tendência de regime de ocupação da habitação por esses novos residentes nos últimos anos.

Em relação ao tipo de agregado familiar dos inquiridos que se mudaram para Lisboa há

Tabela 4 – Momento da última mudança residencial dos habitantes que vieram de fora e características

Momento da última mudança residencial dos habitantes que vieram de fora e...	Há menos de 10 anos (%)	Há 10 + anos (%)	Valor de referência (%)
Grupos de idades			
15-24	21,2	1,5	12,0
25-34	27,6	6,5	17,7
35-64	47,5	50,0	48,7
65-74	2,0	22,9	11,8
75+	1,7	19,1	9,8
Total	100,0	100,0	100,0
Níveis de escolaridade			
1º ciclo	3,7	23,6	13,0
2º/3º ciclo	14,9	22,8	18,6
Secundário	34,1	26,6	30,6
Superior	47,3	27,0	37,8
Total	100,0	100,0	100,0
Indicador socioprofissional de classe do agregado			
Empresários, Dirigentes e Prof. Liberais	22,7	21,1	21,9
Prof. Técnicos e de Enquadramento	41,0	28,1	35,0
Trabalhadores Independentes	5,1	5,4	5,2
Empregados Executantes	27,5	38,0	32,4
Operários	3,7	7,4	5,4
Total	100,0	100,0	100,0
Regime de ocupação			
Proprietário	26,6	62,9	43,9
Casa arrendada	61,2	34,4	48,4
Outro regime de habitação	12,2	2,7	7,7
Total	100,0	100,0	100,0
Tipos de agregado			
Pessoa só	25,9	20,6	23,4
Casal sem filhos	19,2	36,6	27,4
Casal com filhos	24,6	24,0	24,3
Família monoparental	8,4	7,3	7,9
Outro	21,9	11,5	17,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Baptista et al. (2017b).

menos de 10 anos ou há 10 ou mais anos, a maior variação a assinalar diz respeito à categoria "casal sem filhos": 36,6% dos inquiridos que moram em Lisboa há 10 ou mais anos vivem num agregado "casal sem filhos", ao passo que essa categoria corresponde a apenas 19,2% dos novos residentes. É possível que a diferença visível se deva a uma questão de fase do ciclo de vida, uma vez que o fato de o casal viver sem filhos pode significar que estes já abandonaram o lar dos pais.

Há a destacar, igualmente, maior percentagem de pessoas que vivem sozinhas entre os inquiridos que moram em Lisboa há menos de 10 anos (25,9% ante os 20,6%), o que pode corresponder a jovens em idade ativa que vêm para a cidade por razões profissionais.

Esses resultados evidenciam uma captação mais recente, em Lisboa, de residentes com um estatuto socioprofissional e qualificações mais elevados, que são menos frequentemente proprietários da casa onde habitam. Nesse grupo, destacam-se os indivíduos em início da idade ativa, vivendo sozinhos ou constituindo uma família conjugal nuclear, distinguindo-se, ainda, outros tipos de agregados.

Razões de escolha da área de residência

A primeira razão apontada pelos inquiridos para terem escolhido a atual área de residência é o preço das casas (26,3%), seguida da presença de familiares e/ou amigos na mesma área (20,7%), a proximidade ao local de trabalho ou estudo (12,6%) e a acessibilidade e os transportes (9,4%) (Tabela 5). Quando se analisam

as respostas dos residentes que mudaram de casa dentro de Lisboa e dos que vieram de fora da cidade, as razões diferem: para os primeiros, a principal razão para a escolha da atual área de residência foi o preço das casas (29,3%), enquanto, para os segundos, a razão mais comum foi a proximidade ao local de trabalho ou estudo (23,9%).¹³ Nesse grupo, o preço das casas só surge como a terceira razão mais referida. Em ambos os casos, a segunda razão mais vezes mencionada é a existência de familiares e amigos vivendo na área da nova residência. A vida de bairro ou a existência de serviços, equipamentos ou boas condições para as crianças são razões secundárias para a escolha da nova área de residência. A questão da acessibilidade e da oferta de transportes surge como mais referida entre os inquiridos que vieram de fora de Lisboa, para os quais residir dentro da cidade oferece melhores oportunidades de acessibilidade.

Esses resultados indicam que a questão econômica para a mudança de residência perde importância para os inquiridos que vieram de fora da cidade, uma vez que o preço da habitação em Lisboa poderá ser mais elevado. Nesses casos, a decisão de se mudarem para Lisboa foi sobretudo motivada pela proximidade ao local de trabalho ou estudo.

A análise das razões que levaram à escolha da atual área de residência revela diferenças entre UIT. Assim, o preço da casa é a primeira razão referida com mais frequência nas UIT Ocidental (39%), Norte (36%) e Centro Histórico (23,4%). Na UIT Centro, a primeira razão mais frequente é ficar perto do local de trabalho (18,2%). Na UIT Oriental, 20,9% consideram que a primeira razão é ter familiares e amigos a viver nessa área.

Tabela 5 – Razão de escolha da área de residência (primeira razão referida)

Razão da escolha da residência	Mudaram dentro de Lisboa		Vieram de fora		Todos os inquiridos	
	N	%	N	%	N	%
Preço das casas	442	29,3	95	17,7	537	26,3
Tenho familiares/amigos a viver nessa área	321	21,3	102	18,3	423	20,7
Fica perto do meu emprego/local de estudo	129	8,6	128	23,9	257	12,6
Tem bons acessos/transportes	122	8,1	70	13,0	192	9,4
É uma área que tem “bom ambiente”	130	8,6	30	5,6	160	7,8
É uma área que tem vida local/de bairro	98	6,5	26	4,9	124	6,1
É uma área que tem os serviços e equipamentos de que necessito	37	2,5	12	2,1	49	2,4
É uma área com boas condições para as crianças (ex. escolas, parques)	22	1,5	7	1,3	29	1,4
Outra	208	13,8	66	11,9	274	13,4
Total	1.507	100,0	537	100,0	2.044	100,0

Fonte: Baptista et al. (2017b).

Encontram-se algumas variações no que diz respeito às principais razões para a escolha da área de residência consoante o período da última mudança de casa (Tabela 6). O preço das casas surge como a razão mais evocada quer para os que mudaram de casa há menos de 10 anos quer para os que mudaram há 10 ou mais anos. Contudo, essa razão foi mais determinante no segundo grupo (19,3%) em relação ao primeiro (16,8%). A segunda e terceira razões mais referidas por esses indivíduos foram o fato de terem familiares ou amigos a residir nessa área (18,4%) e o fato de essa área ter uma vida de bairro (14,5%).

As razões que se seguem ao preço das casas como as mais determinantes para a escolha da área de residência entre os que mudaram de casa há menos de 10 anos em Lisboa foram o

“bom ambiente” da área e as acessibilidades ou disponibilidade de transportes públicos.

Entre os inquiridos que viviam anteriormente fora de Lisboa (novos residentes) e mudaram há 10 ou mais anos, verifica-se uma distribuição mais equilibrada nas razões para a escolha da atual residência (Tabela 7). Apesar de nenhuma das razões ultrapassar os 16%, as mais referidas são a existência de amigos ou familiares a residir na mesma área, o preço das habitações e a proximidade ao local de trabalho ou de estudo.

No caso dos inquiridos que viviam anteriormente fora de Lisboa (novos residentes) e mudaram há menos de 10 anos, as três principais razões para a escolha da área de residência são a proximidade do local de trabalho ou de estudo (20,9%), as acessibilidades e

Tabela 6 – Momento da última mudança e razão de escolha da residência¹⁴

Razão da escolha da residência	Há menos de 10 anos		Há 10 + anos		Valor de referência	
	N	%	N	%	N	%
Preço das casas	308	16,8	548	19,3	856	36,1
Tem bons acessos/transportes	283	15,4	317	11,2	601	26,6
Fica perto do meu emprego/local de estudo	282	15,3	285	10,0	567	25,3
É uma área que tem vida local/de bairro	221	12,0	412	14,5	633	26,5
É uma área que tem “bom ambiente”	294	16,0	436	15,4	730	31,4
É uma área que tem os serviços e equipamentos de que necessito	145	7,9	207	7,3	352	15,2
É uma área com boas condições para as crianças (ex. escolas, parques)	64	3,5	110	3,9	174	7,4
Tenho familiares/amigos a viver nesta área	241	13,1	523	18,4	764	31,5
Total	1.837	100,0	2.838	100,0	4.677	–

Fonte: Baptista et al. (2017b).

Tabela 7 – Momento da última mudança dos novos residentes e razão de escolha

Razão da escolha da residência	Há menos de 10 anos		Há 10 + anos		Valor de referência	
	N	%	N	%	N	%
Preço das casas	94	13,6	89	15,5	182	29,1
Tem bons acessos/transportes	125	18,1	80	14,0	205	32,1
Fica perto do meu emprego/local de estudo	145	20,9	81	14,2	226	35,1
É uma área que tem vida local/de bairro	68	9,9	72	12,6	140	22,5
É uma área que tem “bom ambiente”	108	15,6	79	13,8	186	29,4
É uma área que tem os serviços e equipamentos de que necessito	55	8,0	57	9,9	112	17,9
É uma área com boas condições para as crianças (ex. escolas, parques)	19	2,7	23	4,1	42	6,8
Tenho familiares/amigos a viver nesta área	78	11,2	90	15,8	168	27,0
Total	692	100,0	570	100,0	1.262	–

Fonte: Baptista et al. (2017b).

transportes (18,1%) e o “bom ambiente” da área. Conclui-se que as razões que atraem novos residentes a se fixarem na cidade de Lisboa se alteraram nos últimos 10 anos ou mais, com o preço das casas, por exemplo, a deixar de ser o argumento mais destacado. Pelo contrário, questões relacionadas com a mobilidade ou a proximidade ao trabalho ganharam uma importância que não tinham há mais de 10 anos.

Perfis de experiências de mobilidade residencial

Após a leitura mais detalhada das características da mobilidade residencial em Lisboa, procura-se, a seguir, organizar de forma estruturada as tendências de resposta dos inquiridos, com o objetivo de sintetizar, na forma de perfis, a informação sobre a experiência de mobilidade residencial. Para tal, recorreu-se à Análise Multivariada de Correspondências Múltiplas (ACM), que visa à busca de relações consistentes entre variáveis, usando variáveis de natureza qualitativa.¹⁵ Submeteram-se à ACM variáveis relativas ao tipo de mobilidade, ao momento da última mudança residencial e variáveis de caracterização do indivíduo (nacionalidade, indicador socioprofissional de classe do agregado, idade), do agregado (tipo de agregado familiar que habita a residência) e do tipo de regime de ocupação da habitação. Como variável ilustrativa utilizou-se a pertença à UIT.

Pela diversidade de experiências de mobilidade residencial encontradas, optou-se por procurar uma classificação automática, em cinco perfis, que pudesse dar a conhecer que

tipos de experiência residencial poderiam ser encontrados entre os residentes do município de Lisboa. Esses cinco perfis apresentam características sociais distintas, assim como situações de residência diferentes. Os cinco perfis são, por ordem de importância, os seguintes:

P1 – Residentes que mudaram na mesma freguesia ou UIT (32,7%): pessoas que mudaram de casa, mantendo-se na mesma freguesia ou, em alguns casos, mudando de freguesia dentro da mesma UIT. São pessoas na fase adulta, com níveis de escolaridade e categoria socioprofissional médios, com filhos. Residem, na sua maioria, em casa arrendada.

P2 – Residentes mais antigos que mudaram na mesma freguesia (23,3%): pessoas mais idosas, que vivem há mais de uma década naquela casa, na sua maioria propriedade sua, situando-se a habitação anterior também na mesma freguesia. São, na sua maioria, pessoas que vivem sozinhas ou com o seu/sua companheiro/a. Em termos de características sociais, a sua escolaridade é baixa, assim como é baixo o grupo socioprofissional que o caracteriza.

P3 – Residentes vindos de outras áreas do território português (22,4%): pessoas com elevado grau de escolaridade e com profissões condizentes com esse nível de qualificação superior; residem há uma década ou menos naquela habitação, de que são, na maioria dos casos, proprietários. São jovens adultos, que adquiriram casa na última década, vindos de outros municípios do País.

P4 – Residentes que nunca mudaram de residência (14,5%): pessoas que viveram sempre na mesma casa. São jovens, com escolaridade média e que habitam com os seus pais.

P5 – Residentes vindos de outro país (7,2%): pessoas estrangeiras que vieram de outro país,

na sua maioria na última década; têm na sua maioria níveis de escolaridade médios e residem em agregados familiares compostos por mais de uma família ou situações diferentes (partilha de residência sem laços familiares); são jovens adultos ou adultos, e a casa que habitam é arrendada. Há uma presença mais forte dessas situações na UIT Centro.

Em síntese, entre os que mais contribuem para a mudança estão os jovens adultos com maior nível de instrução e pertencentes a grupos socioprofissionais mais elevados, que vivem com mais frequência processos de mobilidade residencial. Nesses casos, trata-se frequentemente de uma mobilidade mais recente e com origem noutros concelhos. Também associado à mudança está o grupo dos novos residentes vindos de outros países, mais frequentemente em idade ativa, com escolaridade média e arrendatários. Inversamente, os que mais contribuem para a permanência são os muito jovens que ainda não saíram da casa dos pais e os mais idosos, menos instruídos, proprietários e que vivem sozinhos ou com um companheiro. Tais casos são, em geral, de uma mobilidade mais recuada no tempo e com origem na mesma freguesia.

Reflexões finais

Pretendeu-se com este artigo contribuir para uma melhor interpretação das mudanças urbanas contemporâneas, analisando uma das suas variáveis-chave, a mobilidade residencial. A análise, desenvolvida a partir da informação sobre a última mudança de casa dos inquiridos, permitiu, por um lado, caracterizar os

residentes mais antigos e os mais novos da cidade de Lisboa e, por outro lado, compreender as razões que os levam a mudar de casa bem como a escolher as suas áreas de residência em diferentes períodos.

Os resultados do inquérito, realizado recentemente (entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017), revelam dinâmicas residenciais significativas na cidade, bem evidentes na predominância dos que viveram percursos de mobilidade e, em especial, na importância de inquiridos que mudaram de casa na última década. Essa dinâmica residencial se caracteriza ainda por uma forte mobilidade interna, expressa no peso da mudança de residência dentro da mesma freguesia, apesar de menos expressiva entre freguesias. Os perfis de residentes, construídos a partir das variáveis de caracterização socioeconômica e dos tipos de mobilidade residencial, permitiram identificar os grupos que mais contribuem para a permanência e para a mudança residencial.

Na vertente da dimensão temporal da mobilidade residencial, é possível concluir pela existência de características diferenciadas dos residentes de acordo com o momento da última mudança de casa. Os residentes cuja última mobilidade residencial sucedeu há menos de 10 anos são mais frequentemente jovens adultos, com qualificações altas, pertencentes a grupos socioprofissionais elevados, e agregados domésticos de casal com filhos, arrendatários e que mudaram de casa devido ao seu preço e pelo bom ambiente da área. Os residentes que mudaram de casa pela última vez há 10 ou mais são mais frequentemente adultos ou idosos, com baixas qualificações e pertencentes a grupos socioprofissionais mais baixos, proprietários da residência, vivendo sozinhos ou sem

filhos, e mudaram de casa devido ao preço da habitação e à existência de familiares e amigos que residiam na mesma área.

Cruzando-se as dimensões temporal e espacial, verifica-se que os residentes vindos de fora de Lisboa há 10 anos ou mais apresentam as mesmas características do total de residentes que mudaram de casa há 10 ou mais anos. Contudo, os que vieram de fora de Lisboa há menos de 10 anos apresentam duas diferenças significativas em face do total de residentes cuja última mudança de casa foi há menos de 10 anos: estes vivem frequentemente sozinhos ou num agregado doméstico não categorizado e não escolhem a área de residência pelos preços das casas, mas sim pela proximidade ao emprego ou à escola e pelas acessibilidades e transportes.

A capacidade de atração das áreas de residência é aqui analisada a partir das razões que levaram os indivíduos a escolher o local onde habitam. Se é verdade que estas estão frequentemente relacionadas com o preço das casas – e de forma crescente, dado o presente dinamismo do mercado residencial na cidade – também é de assinalar que a questão económica tenderia a ter uma menor importância para os inquiridos que vêm de fora da cidade, em que é mais importante a proximidade do local de trabalho ou de estudo.

Esses dados evidenciam que a cidade de Lisboa, onde o preço da habitação se encontra numa muito recente tendência de elevada subida, mostra-se atrativa, sobretudo, para uma parte da população que pode suportar o seu custo de vida atual, deixando de fora classes socioprofissionais mais baixas e indivíduos com menores rendimentos. Isto traduz, de forma evidente, que Lisboa, tendo em vista sua

capacidade de atração de novos residentes, encontra-se perante um significativo processo de elitização (ou de gentrificação, embora esses conceitos devam ser revistos em face dos novos tipos de elementos que os invocam). Conclui-se que está em curso uma relevante mudança na estrutura social da cidade, em resultado das mais recentes dinâmicas de mobilidade residencial, significando, por sua vez, alterações nos padrões de ocupação e vivência do espaço urbano, podendo ainda implicar diferentes perceções e expectativas da própria qualidade de vida urbana.

No seguimento dessa análise, e a fim de melhorar o conhecimento e as pautas de interpretação sobre os processos de mobilidade residencial e de mutação dos habitats urbanos, outras abordagens merecerão investigação detalhada. Uma análise de preferências, opções e escolhas residenciais e de suas implicações na satisfação dos indivíduos e das famílias permitirá compreender de que modo a perceção da qualidade de vida na cidade influencia as razões para a escolha da área de residência. Sendo essencial cruzar essas análises com as dinâmicas próprias e, como referimos acima, muito significativas do mercado residencial. Além disso, será relevante aferir se as razões para a permanência na residência estão associadas, por exemplo, a situações de maior estabilidade residencial ou a projetos não concretizados ou adiados. De igual modo, estudos comparativos e integrados das mobilidades residenciais na escala da metrópole permitirão compreender os efeitos espaciais das decisões de escolha da área de residência e que atributos dos diversos territórios conduzem a maior ou menor capacidade de atração de capital humano. Finalmente, dever-se-á desenvolver

uma análise das políticas públicas de habitação, fiscais e financeiras, vigentes e propostas, que direta ou indiretamente influenciam os mercados imobiliários e, às escalas locais como nacionais, as dinâmicas residenciais em Lisboa. As profundas mudanças em curso, das

quais aqui se procurou evidenciar as mais ligadas à mudança residencial mais recente, bem como os amplos impactos que tais mudanças podem estar provocando na justiça espacial e nos direitos urbanos, exigem seguramente o aprofundamento dessas análises.

Maria do Rosário Jorge

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais. Lisboa, Portugal.
jmrg@fcsh.unl.pt.

João Fernandes

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais. Lisboa, Portugal.
joaofernandes@fcsh.unl.pt.

Patrícia Pereira

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais / Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Lisboa, Portugal.
patricia.pereira@fcsh.unl.pt.

Cláudia Urbano

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais / Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Lisboa, Portugal.
claudia.urbano@fcsh.unl.pt.

João Seixas

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Portugal.
jseixas@fcsh.unl.pt.

Luís Vicente Baptista

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Sociologia, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais. Lisboa, Portugal.
luisv.baptista@fcsh.unl.pt.